



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº, DE 2011. (Do Sr. Valdir Colatto)

*Solicita informações à **Ministra de Estado do Meio Ambiente, Excelentíssima Senhora Izabella Mônica Vieira Teixeira** sobre o impacto da aplicação do Código Florestal vigente sobre a produção agrosilvopastoril brasileira.*

Senhor Presidente,

Requeiro a V.Exa, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações à Ministra de Estado do Meio Ambiente, Excelentíssima Senhora Izabella Mônica Vieira Teixeira, para apresentar os dados abaixo discriminados em relação a legislação ambiental em vigor, Lei 4.771/65:

1. Área territorial ocupada hoje com atividades agrosilvopastoris:
 - no Brasil;
 - em cada Unidade da Federação; e
 - em cada Município Brasileiro.
2. Área territorial ocupada com atividade agrosilvopastoril em Reserva Legal
 - no Brasil;
 - em cada Unidade da Federação; e
 - em cada Município Brasileiro.
3. Área territorial ocupada com atividade agrosilvopastoril em APP
 - no Brasil;
 - em cada Unidade da Federação; e
 - em cada Município Brasileiro.
4. Área territorial ocupada por atividades urbanas que estão situadas em APPs e Reserva Legal
 - no Brasil;
 - em cada Unidade da Federação; e
 - em cada Município Brasileiro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

5. Área territorial rural hoje considerada APP e Reserva Legal segundo a Legislação Florestal em vigor (Lei nº 4.771/65)
 - no Brasil;
 - em cada Unidade da Federação; e
 - em cada Município Brasileiro.
6. Considerando as áreas de APPs e Reserva Legal consolidadas com atividades agrosilvopastoris, ecoturismo, e turismo rural, qual seria o passivo a ser reposto de APP e de Reserva Legal?

JUSTIFICAÇÃO

As informações solicitadas são de extrema importância para que se possa traçar o perfil atual das áreas a serem recompostas, das áreas produtivas a serem suprimidas e do impacto dessas medidas sobre a produção agrícola brasileira. Somente com dados fidedignos se poderá debater, com clareza de informações, sobre os números apresentados por entidades dos mais variados gêneros quando se discute o novo texto do Código Florestal.

Sala das Sessões, em de junho de 2011.

Valdir Colatto
Deputado Federal – PMDB/SC